

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
O DIA		A CAPITAL	
O DIÁRIO		A TARDE	
O PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS		O JORNAL	25-1-85
O COMÉRCIO DO PORTO			

Exclusivo



Fundação Cuidar o Futuro

**Pintasilgo:
o que ela disse
aos
diplomatas**

pág. 6





DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
O DIA		A CAPITAL	
O DIÁRIO		A TARDE	
O PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
O COMÉRCIO DO PORTO			

Exclusivo de "O Jornal"

Lourdes Pintasilgo: "Esta situação é desafio à inteligência política"



«A situação da democracia em Portugal, das suas instituições e das suas realizações, suscita perplexidade. É por isso natural que se ponham interrogações sobre o porquê da actual situação, e sobre as possibilidades das modificações que a proximidade de datas eleitorais necessariamente leva a considerar», começou por afirmar a eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo, perante os cerca de 70 diplomatas presentes num almoço realizado ontem, quinta-feira, no Clube dos Empresários, em Lisboa.

Durante a sua intervenção, a que «O Jornal» teve acesso exclusivo e que aqui publica na íntegra, Lourdes Pintasilgo teve algumas considerações sobre a situação política portuguesa, a pedido da Associação dos Diplomatas, por iniciativa da qual se realizou este encontro-almoço «à porta fechada».

A sua eventual candidatura à Presidência da República foi, ainda, abordada pela ex-primeiro-ministro no debate que se prolongou por cerca de três horas (ver notícia nesta edição).

Depois de colocar, logo a abrir, aquelas interrogações, a eng.ª Lourdes Pintasilgo continuou (subtítulos da responsabilidade da Redacção):

(...) Não me é possível nesta introdução definir todo o espaço coberto por tais interrogações. Limitar-me-ei a tocar três aspectos: as condições necessárias para a estabilidade e segurança; a inter-relação entre a democracia e o desenvolvimento; a interacção entre a evolução interna do regime democrático e a capacidade de execução de uma política externa coerente e que sirva os interesses nacionais.

Situo estas questões numa perspectiva estrutural e não meramente conjuntural, embora a personalidade dos agentes políticos e o conjunto de factores que caracterizam a situação portuguesa confirmem a essa perspectiva um cariz próprio.

Estas questões têm hoje um carácter universal, fazem parte da reflexão sobre os regimes políticos que atravessa o pensamento contemporâneo, estão presentes nas dificuldades de implantação de regimes democráticos e também na dificuldade generalizada de se pôr cobro à desordem monetária e comercial que hoje se vive.

É hoje evidente que o regime político português se encontra bloqueado, independente da responsabilidade pessoal dos intervenientes no processo.

Nos últimos cinco anos, duas coligações com maiorias permanentes no Parlamento, não conseguiram manter a estabilidade democrática.

O fenómeno estudado em Ciências Políticas, do Estado entrópico, é em Portugal paradigmático.

As coligações são agitadas por sucessivas convulsões internas que paralisam ou diminuem fortemente a eficácia das acções governativas. Daí o clima de insegurança que atravessa a vida portuguesa e contribui para o actual cepticismo e alheamento das coisas políticas.

«Maioria» e «situcionismo»

Os conceitos de «maioria» e «oposição» transpuseram-se de forma automática para Portugal. Mas a «maioria» ao paralisar todas as instituições do Estado democrático, incluindo o órgão a quem cabe velar pela constitucionalidade das leis, ganhou outra expressão, já bem conhecida dos portugueses. Trata-se do «situcionismo», forma de poder político que visa manter indefinidamente os mesmos grupos de interesses no Poder, que limita pela pressão psicológica o exercício da liberdade democrática e que retira às legítimas oposições toda e qualquer oportunidade de contribuírem para o bem comum.

As referências políticas deixaram de ser claras e seguras. Os programas dos governos não correspondem aos programas e ideários dos partidos que os formam. Mas mesmo nessa forma mitigada os programas dos governos não são cumpridos. Daí uma deriva sociológica permanente da sigla partidária para a ideologia, desta para o programa de governo e deste para a acção.

Por isso a alternância em Portugal não é verdadeiramente. Apenas mudam nessa falsa alternância os actores da história política. É assim indispensável que factos novos na cena partidária levem cada grupo a recentrar-se quanto ao seu programa e à sua metodologia de acção.

Entende-se por isso, que a necessidade de reordenamento partidário, isto é, da travagem do contínuo descrédito do regime, se exprima através do aparecimento de uma nova força



Lourdes Pintasilgo, no Clube dos Empresários. Possível candidatura foi tema de conversa...

política e da esperança que muitos portugueses nela parecem depositar.

«É esta situação que só poderá contribuir para a estabilidade democrática na medida em que provocar — e estou certa que o fará — não só um novo arranjo partidário, mas sobretudo uma verdadeira alternativa de contornos rigorosos e inequívocos.

Se não fosse já uma questão consensual, o exemplo português bastaria para afirmar que a democracia não se basta a si própria.

Tem de apontar para finalidades societárias — de ordem económica, social, cultural e ecológica — tem de buscar vias e processos de desenvolvimento.

Sou levada a dizer que democracia e desenvolvimento são duas vertentes de uma mesma realidade. E se é certo que o desenvolvimento integrado, orientado para o bem do Homem em todas as suas dimensões e para o bem da Humanidade como um todo, tem de assentar em estruturas democráticas sólidas, também é certo que a democracia para ser uma democracia plena, integrando a realização tanto dos direitos cívicos e políticos como dos direitos económicos, sociais e culturais, tem de conter constantemente a finalidade do desenvolvimento.

Não tenho dúvidas que a omissão dessa finalidade traduzida na situação portuguesa pela ausência de um plano adequado e flexível, é em muito responsável pelas difíceis condições económicas e sociais em que nos encontramos.

São resultados flagrantes desta omissão de finalidades factos que todos conhecem: a injusta repartição social das políticas de reequilíbrio financeiro; a excessiva quebra do investimento e da actividade económica, desencorajando os empresários e sacrificando os trabalhadores; a queda dos salários e a subida contínua do custo de vida, bem como a proliferação do facto inédito de salários em atraso.

O regime para corresponder às exigências do nosso tempo e para respeitar o ordenamento constitucional, tem que equacionar de modo diferente a questão da democracia e do desenvolvimento.

As instituições existem para servir a democracia

A racionalidade das instituições democráticas deverá ajustar-se às exigências que o desenvolvimento impõe.

Não se reduza pois o regime democrático-constitucional ao simples enunciado dos poderes institucionais, mas reafirme-se que só uma política de desenvolvimento consolidará a democracia.

O ponto fulcral do regime não é, — como uma mera análise de poderes institucionais poderia fazer crer —, a sua categorização em termos de presidencialismo, parlamentarismo ou outra qualquer forma de equilíbrio de poderes. O ponto fulcral é, antes, o lugar dado às estruturas de desenvolvimento na prossecução da vida democrática. As instituições não existem para si próprias mas para

servirem os objectivos da democracia. O contrário é a perversão do próprio regime. É submeter a democracia e a sobrevivência física das instituições.

Esta interpretação carece de ser reafirmada não só porque corresponde à lei fundamental, mas porque contém em si virtualidades de grande importância para a evolução da vida nacional.

A democracia esvazia-se de conteúdo se não dá à sociedade a possibilidade de encontrar as finalidades que correspondem à sua realidade concreta, portanto, às necessidades individuais e colectivas em termos económicos, sociais e culturais. Não resta dúvida que é urgente uma alternativa programática. Porém, julgo ultrapassada qualquer solução que se queira totalmente envolvente, abarcando de forma lógica todos os sectores e todo o território nacional: a alternativa necessária só pode resultar de uma prioridade absoluta dada ao desenvolvimento dos recursos humanos garantindo-lhes as condições necessárias para a execução das iniciativas a que queiram meter ombros, estimulando uma interacção de competências, actividades e interesses.

Mostra-me a experiência governativa passada e o intercâmbio de que tenho tido o privilégio de beneficiar com muitos dos vossos compatriotas que o desenvolvimento e o enriquecimento da democracia num país vai de par com a possibilidade de estabelecer laços sem complexos com outros países.

A grande tarefa dos países pobres em recursos naturais ou que se encontram em estádios intermédios de desenvolvimento é a de cimentarem as ajudas que precisam na interdependência com outros países e não na dependência exclusiva de uma zona de influência. Portugal é pela sua geografia um país europeu. A Europa em que se insere é um continente à procura também do seu lugar no mundo de hoje. Tendo contribuído para fazer a Europa, Portugal não pode abdicar de ser parte integrante desse processo que atravessa o ser europeu. Fá-lo através das trocas de mercadorias e da circulação de trabalhadores. Fá-lo pela cultura e outras formas de relacionamento, mas deve fazê-lo também através de todas as outras instituições que, em âmbitos diferentes, contribuem para a realização da Europa: o Conselho da Europa, a CEE, a CSCE.

O nosso destino histórico confrontou-nos com os cinco continentes ao longo de cinco séculos.

Nesse destino histórico aparecem hoje as nossas relações com países que falam a mesma língua. O não aproveitamento de todas as possibilidades de relacionamento e cooperação mútua que tal circunstância nos dá é um acto contrário aos mais profundos interesses nacionais e violador da solidariedade internacional. E de quantos outros laços não poderíamos falar?

Dos países do mediterrâneo, da área ibero-americana, daqueles cujos primeiros ecos da história escrita se encontram nos nossos cronistas; dos países onde os portugueses foram os primeiros europeus a serem conhecidos...

A situação em Portugal é difícil, complexa e, até para os seus protagonistas, imprevisível. Mas nessa complexidade reside também o seu interesse: é um desafio à inteligência política não só de um ou outro dirigente, mas do povo no seu todo.

Para responder a esse desafio há que situar os problemas onde eles estão, sem os escoar na denúncia fácil de bodes expiatórios. Há que entender a lógica política dos processos desencadeados em todos os domínios mesmo que pareçam afastados da acção política: há sobretudo que pensar em moldes novos para um mundo que esgotou as fórmulas do início da industrialização e que necessita hoje de encetar novos caminhos. Pois não é a «teoria da governação» um dos aspectos de ponta da ciência política?

Aquilo que precisamos — em Portugal e no Mundo —, foi expresso de uma forma clara na última reunião do conselho de interacção de ex-chefes de Governo a que tenho a honra de pertencer. Disse-o com as palavras de um escritor do seu país, o dr. Kurt Furgler, desde 1 de Janeiro presidente pela terceira vez da confederação helvética: «Ver as coisas como elas são, nas suas dimensões exactas e nas relações que têm entre elas, prever as consequências dos gestos que fazemos e dos actos que praticamos, possuir uma imaginação criadora, ser capaz de criar e de inovar, tal é a inteligência política.»

É desta inteligência política que nós portugueses estamos carecidos.

Listas "pró-Pintasilgo" confirmam sondagens

«Os resultados até agora fornecidos pelas listas distribuídas em todo o País para avaliar da sensibilidade da opinião pública a uma eventual candidatura da eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo à Presidência da República confirmam, plenamente, os dados das sondagens que têm vindo a ser publicadas na imprensa, e que a colocam à cabeça dos presidenciáveis», admitiu ontem, quinta-feira, a «O Jornal» uma fonte próxima da ex-primeiro-ministro.

Segundo a mesma fonte, «têm sido aos milhares, as lis-

tas recebidas» até agora, e os seus resultados considerados «surpreendentes». «Aliás, se atendermos à memória curta das pessoas é-nos difícil, talvez, explicar este facto, em termos políticos», adiantou.

Muito embora este aparente «apoio em massa» a uma candidatura deva pesar, e bastante, na decisão final de Maria de Lourdes Pintasilgo, para quem a auscultação à opinião pública foi, desde sempre, tomada como fundamental para uma iniciativa presidencial — o facto

não deverá, todavia, justificar qualquer alteração no «timing» político inicialmente previsto, segundo nos garantiu a mesma fonte.

Aliás, Lourdes Pintasilgo admitiu, ontem, que «se surgirem outras candidaturas na base da minha, independentes e credíveis, repensarei se devo ou não candidatar-me».

Almoço com diplomatas

A temática das presidenciais e da possível candidatura de

Maria de Lourdes Pintasilgo constituiu, também, um dos principais pontos debatidos no almoço que teve lugar ontem, quinta-feira, no Clube dos Empresários, em Lisboa, e onde a ex-primeiro-ministro se reuniu com a Associação dos Diplomatas, por iniciativa deste núcleo.

Perante cerca de 70 representantes do corpo diplomático presentes no almoço (foi necessária uma mesa extra), Lourdes Pintasilgo teve oportunidade de expor, inicialmente, a sua opi-

nião sobre o momento político português, a que se seguiu um período de perguntas e respostas versando, entre outros, o tema da sua possível candidatura.

«As perguntas dos diplomatas dirigiram-se, sobretudo, para as consequências políticas e sociais dessa candidatura, em termos nacionais», adiantou-nos uma fonte próxima da eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo, logo após terminado o encontro.

«Embora seja difícil dizer-se qual poderá ser a reacção do

meio diplomático a uma candidatura da eng.ª Lourdes Pintasilgo, creio ter entendido que a maioria dos presentes não se manifestou, de forma alguma, contrária, a tal hipótese», acrescentou a mesma fonte.

A realização do encontro de ontem inseriu-se no programa de reuniões que a Associação de Diplomatas tem vindo a realizar, regularmente, com líderes políticos e partidários, com o objectivo de tomar conhecimento das posições das várias sensibilidades relativamente à situação portuguesa.